

Tráfico de drogas e territórios-rede: uma análise dos fluxos de entorpecentes ilícitos para o Estado do Rio Grande do Sul

Drug traffic and network-territories: an analysis of illicit narcotic flows to the State of Rio Grande do Sul

Trafic de drogue et territoires-réseau: une analyse des flux de stupéfiants illicites vers l'état de Rio Grande do Sul



Tiaraju Salini Duarte

Universidade Federal de Pelotas - Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil

tiaraju.ufpel@gmail.com



Robinson Santos Pinheiro

Universidade Federal de Pelotas - Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil

robinson22pinheiro@yahoo.com.br



Antonio Lourence Kila de Queiroz

Universidade Federal de Pelotas - Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil

antoniokilaq@gmail.com

Resumo: O tráfico de drogas se estrutura tendo como um dos seus pilares a construção de cadeias logísticas multiescalares e, nesse contexto, o estado do Rio Grande do Sul ganha destaque no século XXI tendo em vista o crescimento dessa atividade por meio da ação de grupos organizados. Frente a isso, elencamos como objetivo geral da pesquisa analisar a formação de territórios-rede como estratégia de domínio espacial construída pelos coletivos criminais, buscando compreender os fluxos de entorpecentes ilícitos para o estado gaúcho. Como resultados, podemos compreender que a expansão dos coletivos criminais tem como premissa a estruturação de territórios-rede por meio da inserção direta de seus representantes na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Além disso, observamos que após consolidado esse processo, formam-se corredores

se corredores e rotas por meio de rodovias federais e estaduais no Rio Grande do Sul, principalmente, na porção noroeste que tem como objetivo distribuir e controlar o mercado regional.

Palavras-chave: Coletivos Criminais. tráfico de drogas. Rio Grande do Sul. territórios-rede.

Abstract: The drug traffic is structured having as one of its pillars the construction of multi-scale logistical and, in this context, the state of Rio Grande do Sul stands out in the 21st century with a view to growth of this activity through the action of organized groups. Facing this, it was listed as the main goal of the research to analyze the formation of network-territories as a spatial domain strategy constructed by the criminal collectives, seeking to comprehend the illicit narcotic flows to the gaúcho state. As a result, it can be understood that the expansion of criminal collectives has as a premise the network-territories formation through the direct insertion of its representatives on the border, between Brazil and Paraguay. In addition, it was observed that after the consolidation of this process, corridors and routes were shaped through federal and state highways in Rio Grande do Sul, mainly in the northwest portion, whose objective is to distribute and control the regional market.

Keywords: Criminal Collective. Drug traffic. Rio Grande do Sul. Network-territories.

Résumé: Le trafic de drogue est structuré en ayant comme l'un de ses piliers la construction de chaînes logistiques multi-échelles et, dans ce contexte, l'état du Rio Grande do Sul est mis en évidence au 21ème siècle en vue de la croissance de cette activité par l'action de groupes organisés. Dans cette perspective, nous avons listé comme objectif général de la recherche d'analyser la formation de territoires en réseau en tant que stratégie de domaine spatial construite par des groupes criminels, cherchant à comprendre les flux de stupéfiants illicites vers l'État du Rio Grande do Sul. De ce fait, on comprend que l'expansion des groupes criminels repose sur la structuration de territoires en réseau par l'insertion directe de leurs représentants à la frontière entre le Brésil et le Paraguay. De plus, nous observons qu'après la consolidation de ce processus, des corridors et des routes sont formés à travers les autoroutes fédérales et étatiques dans Rio Grande do Sul, principalement dans la partie nord-ouest, dont l'objectif est de distribuer et de contrôler le marché régional.

Mots-clés: Collectifs criminels. Trafic de drogue. Rio Grande do Sul. Territoires-réseau.

Introdução

Pesquisar sobre o tráfico de drogas ilícitas nos remete a compreender que existem diferentes interações com o espaço geográfico que compõem esse fenômeno, as quais são articuladas por meio de atores que operam em escalas distintas. De acordo com Machado (2009; 2011), a formação de redes ilegais que compõem/produzem o território desenvolve-se por meio de estratégias que visam essencialmente o domínio espacial em prol de facilidades logísticas para abastecer o mercado consumidor.

Nessa conjuntura, o território brasileiro apresenta-se como um dos principais *hubs* do mundo no que tange ao abastecimento de entorpecentes ilegais. Essa situação decorre tendo em vista diversos fatores, como a posição geográfica brasileira no continente sul-americano (que proporcionam o contato físico com países produtores), as mudanças no processo de distribuição dos entorpecentes na América Latina dos anos de 1990 (STEIMAN, 2006), a presença de grupos organizados que estruturam tal atividade e a existência de uma base técnica do território (rodovias, aeroportos e portos) que possibilita a formação contínua de fluxos com destino ao mercado nacional e internacional.

Santos (1996, p. 181) salienta que as análises dos fluxos são imprescindíveis para compreender determinada situação, levando em consideração que no "sistema global a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita". A evolução no sistema técnico produtivo no universo das drogas ilegais foi acompanhada pelo desenvolvimento nos meios de transporte, ocasionando transformações na forma como ocorre a logística de controle e distribuição desta mercadoria.

Essas mudanças serão acompanhadas por adaptações na forma de organização de grupos que atuam em atividades ilícitas, tendo em vista que após a década de 1990 o tráfico de drogas tornou-se a principal atividade econômica de financiamento dos coletivos criminais¹. Destacamos que, no primeiro momento, as atenções restringiam-se ao domínio do varejo nos bairros dos maiores municípios brasileiros; todavia, na virada do século, alguns grupos organizados passam a construir estratégias para expandir suas redes de contato com maior intensidade, vislumbrando o controle sobre parte do atacado (MANSO; DIAS, 2018; ABREU, 2017).

Assim, para consolidar o movimento de expansão, uma das

Assim, para consolidar o movimento de expansão, uma das estratégias adotadas assenta-se na formação de territórios-rede como base para a criação de laços com áreas longínquas, sabendo que a condição fisiográfica do território brasileiro configura-se como problema para estabelecer o controle espacial contínuo sobre o processo Produção-Atacado-Varejo (P-A-V). Haesbaert (2004) demonstra que o território envolve, de certa forma, o domínio de uma área e, para os coletivos criminais, esse pode ser construído mesmo que exista uma descontinuidade espacial. Logo, o poder é exercido por meio de um controle simbólico e material, resultando em articulações entre os mais variados atores sociais imersos nessa atividade.

Salientamos que no Brasil existem pesquisas consolidadas que desenvolvem a temática do controle/distribuição de fluxos do mercado nacional e internacional de drogas; contudo, em sua grande magnitude, as análises relacionadas ao tráfico de drogas privilegiam dois eixos: a prisão e os bairros. Adorno e Dias (2019, p. 36) apontam que "menos tem se falado a respeito dos fluxos de operações econômicas e políticas que encadeiam a produção, a circulação, a distribuição e o consumo de drogas ilícitas, na América Latina em direção ao varejo local".

Os estudos sobre esse assunto, como Abreu (2017); Manso e Dias, (2018); Machado (2000; 2009; 2011); Gemelli (2012) Adorno e Dias (2019), demonstram que há no cenário relativo ao narcotráfico áreas de forte interesse (como a bacia Amazônica e o limite fronteiro do Paraguai com o Brasil no estado de Mato Grosso do Sul e Paraná), as quais são caracterizadas pela ação de coletivos criminais com maior poder no território nacional. Não obstante, nota-se que outras regiões brasileiras também ganharam destaque na última década, uma vez que há o aumento do mercado consumidor regional e a organização de coletivos criminais de menor porte que buscam construir estratégias para manter a hegemonia do mercado.

Com essa premissa, podemos observar que no sul do Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, nos últimos anos, existe um processo de organização dos grupos regionais que objetivam dominar o atacado e o varejo estadual, expandindo sua rede de contato para áreas internacionais. Frente a essa problemática, elencamos como objetivo geral do presente artigo analisar a formação de territórios-rede como estratégia de domínio espacial construída pelos coletivos criminais, buscando compreender os fluxos de entorpecentes ilícitos no estado gaúcho.

Para atingirmos o objetivo desta pesquisa, dividimo-la metodologicamente em etapas: a primeira foi destinada a uma revisão bibliográfica. A segunda refere-se à coleta de dados, os quais foram adquiridos junto à Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; à Polícia Rodoviária Federal do Brasil e à Polícia Civil do Brasil. Os dados analisados correspondem às seguintes categorias: 1. Apreensão de entorpecentes ilegais no Brasil e no Rio Grande do Sul por rodovia federal entre os anos de 2017 e 2019; 2. Apreensão de drogas por município no Rio Grande do Sul nos anos de 2009 a 2019. Após o levantamento, foi realizado o tratamento de dados no software Excel e, em conjunto com a análise desses elementos, foi desenvolvida a espacialização dos dados mencionados utilizando o software livre QGIS”

Por fim, por meio da ferramenta metodológica hemerográfica, buscamos construir uma análise minuciosa que nos permite extrapolar a discussão quantitativa das variáveis elencadas. Essa forma de abordagem propõe a coleta de dados e sua sistematização a partir de informações veiculadas na mídia. Para tanto, optamos por construir um inventário de notícias divulgadas tanto no âmbito regional como estadual² (no recorte temporal de 10 anos) que possuíam no seu escopo as seguintes palavras-chave: tráfico de drogas, apreensão de drogas e homicídios dolosos.

Territórios-redes e o tráfico de drogas: flexibilidade logística e integração escalar

Compreende-se que o mundo do crime e, especificamente, o tráfico de drogas, possui dinâmicas que produzem múltiplas territorialidades por meio do uso de uma série de estratégias. O território é compreendido como um espaço delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995; 2016) que, no caso das atividades relacionadas à distribuição de entorpecentes ilícitos, são atravessadas por diferentes formas de abrangência espacial.

Nesse sentido, conhecimento e controle sobre a dinâmica dos territórios apresentam-se como um dos elementos referenciais na logística que envolve a circulação dos entorpecentes. Sendo o território uma arena de forças (SOUZA 1995; 2016), uma das expressões dessa relação assenta-se nos acordos e conflitos construídos por coletivos criminais no interior

de tais atividades. Esse movimento, para além de uma abstração teórica, manifesta-se de forma material não somente nos bairros das cidades (varejo), mas também nas regiões fronteiriças brasileiras (Produção e Atacado).

A construção e controle do tecido que envolve o tráfico de drogas tem como uma de suas características a coligação entre atores na escala nacional e internacional (que planejam a produção e o atacado) e a ordenação local, ou seja, a materialização das decisões e a forma como cada grupo desenvolve meios para estabelecer a compra e venda desses produtos. Essa perspectiva é analisada por Machado (2007; 2011) ao demonstrar que existem dois circuitos que compõem as redes ilegais: o primeiro, vinculado à esfera das decisões que são tomadas distantes dos lugares e, o segundo, impresso na lógica local.

Importante destacar que a esfera do circuito decisório, muitas vezes enigmática e longínqua da realidade local, necessita materializar-se em práticas cotidianas que produzem assimetrias complementares na constituição das relações no mundo do tráfico de drogas (ALMEIDA, 2017). Logo, nos meandros de relações inter-escalares dos coletivos criminais, os fatores locais tornam-se elementos imprescindíveis, pois a força do conhecimento do viver (desde rotas — fluviais, terrestres e aéreas — ao contato com atores que facilitam a fluidez da produção) possibilita a construção de pontes entre o local e o nacional/global.

As pesquisas de autores como Steiman (2006); Manso e Dias (2018); Machado (2003; 2011) na esfera nacional; e Heber (2009); Kenney (2007); Bright e Delaney (2013) na escala internacional, evidenciam que em cada recorte espacial há singularidades no processo P-A-V que produzem adaptações territoriais pelos grupos envolvidos em toda a cadeia do tráfico de drogas.

Essas dinâmicas que integram múltiplas escalas dos circuitos da ilegalidade podem ser observadas, por exemplo, na tentativa de coletivos criminais em expandir suas áreas de influência para a fronteira do Brasil com o Paraguai. Esse movimento produz rearranjos reticulares pautados em novos acordos e/ou conflitos diretos entre atores locais (que dominam parte da estrutura reticular da produção e atacado das drogas) e grupos organizados que objetivam reformular laços comerciais.

A descrição da situação mencionada vai ao encontro das análises de Manso e Dias (2018) que apontam a relação direta

entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e a execução do traficante internacional de drogas conhecido como rei da fronteira no município de Ponta Porã/MS. Esse exemplo (entre tantos outros possíveis) demonstra que a territorialização do tráfico de drogas encontra-se atrelada à tentativa de controle espacial que objetiva dar fluidez aos produtos, pois "o maior desafio nessa indústria é o transporte dos centros produtores para os grandes mercados consumidores" (MANSO; DIAS, 2018. p. 175).

É imprescindível ressaltar que as organizações que atuam nesse setor, nos últimos anos, "têm se 'modernizado', operando à base de redes, com comandos descentralizados, com divisão social do trabalho para a execução de operações" (ADORNO, 2019, p. 38). As formas de execução das ações acontecem apoiadas no princípio da descontinuidade física da estrutura de comando, processo este que avança à medida que desenvolve-se o meio técnico-científico-informacional. Dito isso, podemos compreender que "a presença e expansão do crime organizado é um fenômeno inerente ao processo de globalização" (ADORNO; DIAS, 2019, p. 235, tradução nossa)³.

A evolução no sistema de comunicação e transporte propiciou o alargamento de estruturas reticulares com maior velocidade na relação espaço-tempo, característica que representa um dos alicerces para o reordenamento do tráfico de drogas. Dessa forma, a rede será um componente da própria territorialidade dessa atividade, ou seja, um emaranhado de formas que se coligam, se interpõem e pulverizam-se rapidamente por meio da maleabilidade existente no processo de formação e destruição dos territórios-rede.

Haesbaert (2019) demonstra que uma das características das redes centra-se no movimento de territorialização e desterritorialização constante, ora servindo de base para a estruturar territórios, ora para a sua desconstrução. Nesse contexto, os coletivos criminais que organizam-se por meio de territórios-rede articulam variadas linhas de poder que conectam territórios contíguos (de domínio do grupo) a áreas longínquas, objetivando criar ligações e efetivamente produzir novas territorialidades.

Os limites dos territórios-rede edificados pelos coletivos não se apresentam como marcos materiais estabelecidos de forma linear, mas, sim, como áreas de influência cambiáveis. A demarcação espacial dessas atividades, seja na fronteira ou em bairros onde ocorre a venda direta das drogas, é estabelecida a

partir de um turvo constructo social que mescla acordos e conflitos. Os territórios-rede, portanto, existem na interdependência entre os circuitos superiores e inferiores das redes do tráfico, edificando adaptações e polivalências que residem na interface entre o legal e o ilegal.

A fronteira do Paraguai com o Brasil: o domínio de fluxos e o tráfico na região sul

Para analisar o papel e a relação entre os coletivos criminais do Rio Grande do Sul dentro do processo P-A-V que envolve o tráfico de drogas, torna-se necessário compreender o contexto da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, tendo em vista sua relevância na cadeia de distribuição dos entorpecentes ilegais.

A fronteira entre esses Estados possui, ao longo de sua história, processos de integração que possibilitaram o surgimento de pequenos núcleos populacionais com densidades e importância distintas na rede urbana. Com a formação e o crescimento de municípios, a partir, principalmente na década de 1990, ocorre um movimento de atores sociais relacionados ao universo do tráfico de drogas, os quais passam a atuar na região, estabelecendo o controle de áreas por meio da formação de territórios-rede que organizam parte da produção e atacado da cocaína e maconha.

A primeira droga citada chega à fronteira por diversos corredores de exportação provenientes da Colômbia, Bolívia e Peru com destino não somente para o mercado nacional, mas também para limites além-mar, como o continente africano, europeu e norte-americano (ADORNO, 2019; MACHADO, 2000). A segunda é plantada e beneficiada principalmente no Paraguai, uma vez que o país apresenta-se como o maior produtor de maconha da América do Sul e, aproximadamente, 77% do que é produzido destina-se ao Brasil (UNODC, 2020).

Segundo Machado (2009), é imprescindível para a compreensão dos fluxos fluviais/terrestres de entorpecentes ilegais que se diferencie os corredores das rotas construídas pelos agentes envolvidos com o tráfico. Assim, tanto a cocaína quanto a maconha, que ingressam pela fronteira com o Paraguai, produzem grandes áreas de escoamento (corredores) com o objetivo de

objetivo de chegar aos principais mercados consumidores da região e, internamente a essas, formam-se rotas que são construídas e destruídas em questão de meses, dias e até mesmo horas.

À medida que a densidade da rede rodoviária aumenta nota-se uma maior maleabilidade das rotas, permitindo a construção de inúmeras possibilidades logísticas em menor espaço de tempo que originam "importantes circuitos comerciais envolvendo mercadorias legais (introduzidas legalmente ou ilegalmente) e mercadorias ilegais" (ALMEIDA, 2017, p. 36).

Nesse contexto, no que tange especificamente à região sul brasileira⁴, apontamos que essa detém o maior adensamento populacional de toda a fronteira do território nacional com outros Estados, além de possuir uma forte integração da malha rodoviária aos centros urbanos regionais, o que possibilita a formação de corredores e rotas de trânsito das inúmeras mercadorias legais e ilegais oriundas das relações transfronteiriças.

Nas discussões centrais que envolvem o fluxo de drogas para o mercado consumidor, destacam-se como áreas de entrada dos entorpecentes na região sudeste e sul os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. Salientamos que ambos estados fazem fronteira com o Paraguai e possuem diversos nós logísticos que permitem a passagem e o deslocamento de produtos ilícitos para o mercado consumidor nacional e internacional.

Seguindo o fluxo de P-A-V, após o plantio e beneficiamento das drogas, as mercadorias são transportadas via rodovias federais e estaduais, principalmente para as regiões metropolitanas do sudeste e sul, sendo, posteriormente, distribuídas pelo interior dos estados e/ou exportadas.

Consoante a isso, Almeida (2017) demonstra que alguns núcleos urbanos fronteiriços tornaram-se cidades nós, como exemplo, Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY); Guairá (BR) e Salto del Guairá (PY); Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), dentro de uma complexa cadeia de relações hierarquizadas entre os circuitos superiores e inferiores do tráfico de drogas, os quais conectam-se por meio de redes que possibilitam os fluxos de mercadorias com destino ao consumidor final.

A formação de territórios-rede na fronteira do Brasil com o Paraguai e fluxo de drogas para o Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, localizado no extremo sul brasileiro, destaca-se historicamente como um mercado consumidor de entorpecentes ilícitos. Nesse universo, sobressai-se as suas regiões metropolitanas e capitais regionais considerando-se a concentração dos maiores aglomerados populacionais. A estrutura urbana do estado está organizada tendo como pedra angular a metrópole regional Porto Alegre, sendo que essa compõe o maior aglomerado urbano e apresenta-se como núcleo central de um recorte espacial que possui ao todo 34 municípios que somados abarcam, aproximadamente, 40% da população do Rio Grande do Sul.

Outras áreas também destacam-se nesta trama que compõe a rede urbana do estado, a saber: a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), tendo como centralidade o município de Caxias do Sul; as aglomerações Litoral Norte (principalmente os municípios Tramandaí e Torres); a Aglomeração urbana sul (com os polos regionais Pelotas e Rio Grande); Aglomeração urbana Lajeado-Estrela e Santa Cruz do Sul, as quais formam um arco perimetropolitano com a RMPA (SOARES; SCHNEIDER, 2012); as capitais regionais Passo Fundo e Ijuí no norte; a capital regional Santa Maria no centro do estado; e os centros sub-regionais de Bagé e Santana do Livramento no sul e oeste, respectivamente.

Dentro dessa teia, no que tange ao tráfico de drogas, ressalta-se a importância dos coletivos criminais originados na RMPA, os quais comandam grande parte da logística que envolve a distribuição dos entorpecentes ilegais no estado. Em concordância, ao analisar a constituição das facções no município de Porto Alegre e seu entorno, Cipriani (2017) demonstra que as transformações no sistema P-A-V na década de 1980 e 1990 no Brasil ampliaram de maneira significativa as redes do tráfico no Rio Grande do Sul.

O período citado também foi caracterizado pela ramificação da denominada Falange Gaúcha, primeira facção reconhecida no Rio Grande do Sul (DORNELLES, 2008; CIPRIANI, 2016; DUARTE; PINHEIRO, 2019), além do aumento substancial de pessoas filiadas aos coletivos criminais, sobretudo dentro sistema prisional. Os novos grupos emergentes nos anos de 1990 derivados do

esfacelamento da Falange Gaúcha, como os "Manos" e os "Brasas", em conjunto com organizações que surgiram em bairros da capital Porto Alegre e municípios da Região Metropolitana na primeira década do século XXI (como os "Bala na Cara") iniciam um processo de disputas territoriais pelo domínio do varejo regional.

Dados relativos à apreensão de drogas no Rio Grande do Sul no período de 2009 a 2019 (figura 1) vão ao encontro desta análise ao demonstrar que há uma crescente neste número em praticamente todos os municípios do estado.

Figura 1- Apreensão de entorpecentes ilícitos no Rio Grande do Sul pela Polícia Civil no período de 2009 a 2019



Fonte: Secretaria de Segurança Pública - RS. Organizado pelos autores, 2020.

O aumento no indicador configura o que os autores Oliveira e Martins (2014) definem como a primeira base da formação dos Mercados Transnacionais Ilícitos (MTI), tendo em vista que a adição na demanda por estes produtos tende a introduzir um maior número de atores responsáveis pelo processo logístico que une o sistema P-A-V.

Com um mercado consumidor aquecido e o tráfico de drogas tornando-se a principal atividade de financiamento dos coletivos criminais, ocorre no estado gaúcho um movimento de centralização da distribuição dos entorpecentes ilegais para o varejo, função que será desempenhada principalmente pelos grupos criminais oriundos da RMPA.

Assim, para as facções, tornou-se necessário construir ligações com produtores e atacadistas na fronteira do Brasil com o Paraguai, visando vantagens competitivas para a distribuição no Rio Grande do Sul. Exemplo desta produção reticular pode ser demonstrada com base em operações policiais das agências especializadas em narcóticos Brasileiras e Paraguaias que culminam com a prisão de membros ativos dos coletivos criminais provenientes deste estado. A fim de ilustrar o cenário de relações entre as facções mencionadas e o esquema ilegal que os envolvem, trazemos à tona a reportagem exposta no jornal Correio do Povo (2020), cujo relato explora a ação ocorrida no dia 08 de agosto do ano de 2020 em um condomínio de luxo localizado na cidade de Hernandarias, no Departamento do Alto Paraná (PY). Narra-se que um dos líderes do coletivo criminal "os Manos" (oriunda da RMPA) e seu "secretário" foram detidos e, como desdobramento da operação, concluiu-se que eram encarregados pela estruturação de redes de contato com possíveis atores ligados à produção e atacado do tráfico de drogas na fronteira. Ainda, a investigação demonstrou que havia uma forte ligação deste grupo com atores ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), os quais intermediavam a compra dos entorpecentes ilícitos.

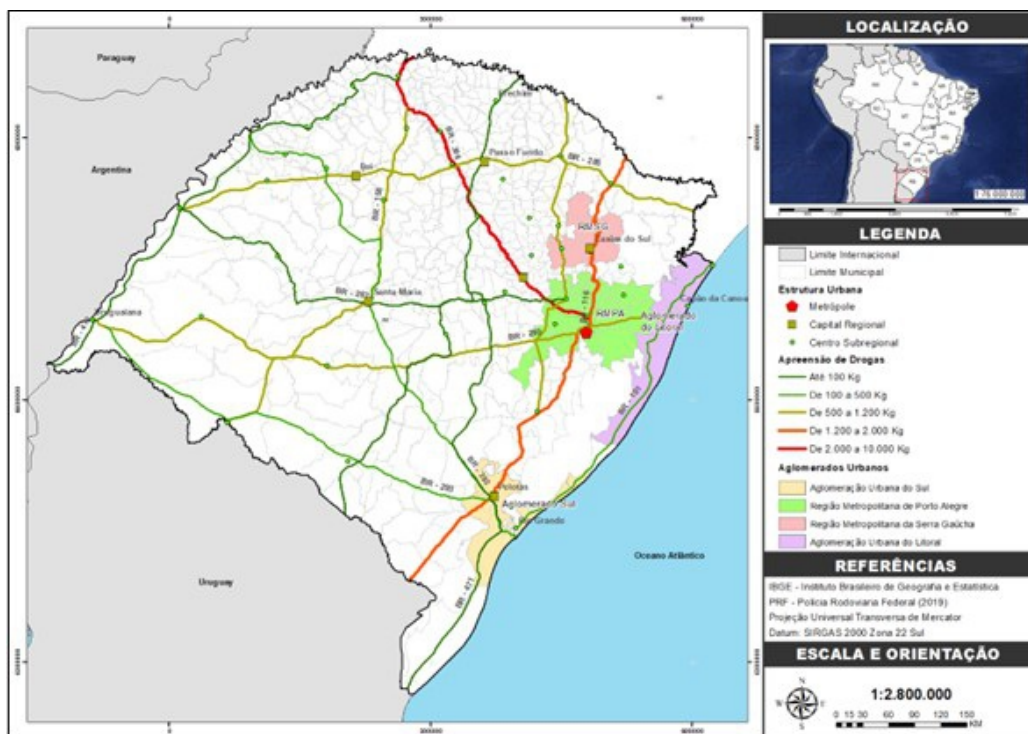
Ao encontro da informação citada, a operação denominada "Magna Ópera", realizada pelo Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (DENARC), indica que, aproximadamente, durante três décadas o mesmo coletivo supracitado organiza "rotas internacionais do tráfico de drogas, armas, dinheiro, via Paraguai, Argentina e Uruguai" (ADÃO, 2020). Além, foi descoberto a existência de fazendas pertencentes a atores faccionados a esse coletivo na fronteira do Brasil com o Paraguai, os quais tinham como principal atividade a plantação de maconha.

Nota-se que há processos concomitantes que combinam não só o contato com intermediários da cadeia produtiva, mas também a substituição desses por meio da compra de terras para o plantio e beneficiamento direto do produto. Logo, as terminações do sistema interpõem atores locais (responsáveis pelo contato com produtores), representantes de coletivos criminais (que têm como principal tarefa ligar as pontas entre o Atacado e o Varejo nacional e internacional) e os atravessadores (incumbidos por colocar a produção em movimento).

Com a formação de estruturas reticulares na fronteira, a próxima

próxima etapa é representada pelo planejamento de corredores e rotas para abastecer o mercado. No Rio Grande do Sul, ao espacializar os dados disponibilizados pela Polícia Rodoviária Federal referente ao número de apreensões de drogas em rodovias federais no ano de 2019, visualiza-se as duas principais áreas de entrada dos entorpecentes ilícitos (Figura 2).

Figura 2 – Apreensão de drogas no ano de 2019 nas rodovias Federais do Rio Grande do Sul



Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2019. Organizado pelos autores.

O primeiro corredor é representado por veias que articulam rotas existentes na região noroeste do estado e que, devido a densidade de redes rodoviárias, são cambiáveis quase que instantaneamente. Nesse recorte espacial, a principal artéria que forma o corredor é representada pela BR-386, a qual possibilita o acesso a inúmeros distribuidores do mercado regional até o Varejo. Para corroborar com essa perspectiva, citamos Martins (2018) que, ao entrevistar um delegado da polícia civil responsável por operações contra o coletivo criminal "Os Manos", aponta a existência de diversos caminhos utilizadas pelo tráfico de drogas,

sobressaltando a região noroeste e a rodovia BR-386 para o abastecimento do estado.

Em consonância, a reportagem do jornal Zero Hora do ano de 2019 intitulada "A delação que abalou o poder de uma facção criminosa de Porto Alegre" demonstra a existência de pontos de estocagem e trânsito não só de entorpecentes ilícitos, mas também de armas e veículos utilizados pela facção "Bala na Cara" nas proximidades desta rodovia: no "depósito usado pela facção em Canoas, próximo à BR-386 [...] Foram encontrados 142 quilos de maconha em uma fábrica de fachada. [...] Um ônibus foi apreendido. O veículo seria usado para transportar a maconha de Foz do Iguaçu" (GAÚCHAZH, 2019, p. 01)

O segundo corredor de entrada para o abastecimento regional refere-se à BR-116, tendo em vista que essa atravessa o estado do Rio Grande do Sul no sentido norte a sul, integrando as duas regiões metropolitanas, os centros consumidores da região sul (como Pelotas e Rio Grande) e, também, áreas de fronteira com o Uruguai em função do crescente mercado consumidor de maconha neste país.

Outras rodovias federais destacam-se de forma secundária como áreas de entrada, como, por exemplo, a BR-101 para as aglomerações do litoral norte, principalmente para os municípios de Tramandaí, Torres e Capão da Canoa, além de representar uma rota alternativa à BR-116 para abastecer o mercado uruguaio nos últimos anos, conforme analisa a pesquisa de Chies e Rivero (2019); e a BR-290 na região central do Rio Grande do Sul, servindo como uma ponte para diversas centralidades importantes como Santa Maria, Lajeado, Santa Cruz do Sul. Também, esta rodovia conecta no sentido leste-oeste a RMPA com municípios da fronteira do Uruguai e Argentina, com destaque para Santana do Livramento e Uruguaiana.

Assim, como característica geral no Rio Grande do Sul, o principal foco da distribuição dos entorpecentes está relacionado ao abastecimento da RMPA, RMSG e aos polos regionais como Tramandaí, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Maria, Lajeado, Bagé, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, entre outros, os quais caracterizam-se como um mercado emergente de consumo e tornam-se alvo de cobiça dos coletivos criminais que controlam o tráfico de drogas no estado.

Esta análise apontada vai ao encontro de o "III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira",

realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o qual demonstra que o consumo dessas substâncias possui maior prevalência em áreas urbanas "metropolitanas, quando comparadas a não-metropolitanas; capitais, quando comparadas a não-capitais; e, municípios grandes, quando comparados a médios e pequenos - sendo que todas estas diferenças são estatisticamente significativas" (BASTOS, 2017, p. 114).

Considerações Finais

O tráfico de drogas é uma atividade que se estrutura integrando múltiplas escalas que atravessam toda a cadeia que envolve o processo P-A-V. Nesse sentido, nota-se que alguns coletivos criminais, para manter seus domínios e se expandir, produzem dinâmicas por meio de um controle descontínuo e conexo do espaço que objetiva manter sua hegemonia.

A partir desta análise, podemos compreender que algumas localidades tornaram-se peças-chave no comando da logística que envolve a Produção e o Atacado de drogas, como as mencionadas cidades fronteiriças entre o Brasil e o Paraguai. Verificamos, então, que essas transformaram-se, ao longo da história, em nós de conexão de um sistema territorial que objetiva abastecer o mercado consumidor nacional e internacional.

Frente a essa problemática, regionalmente, o Rio Grande do Sul faz parte desse sistema não só na figura de mercado consumidor dos entorpecentes ilícitos, mas também por intermédio da inserção de atores que representam os interesses dos coletivos criminais do estado em áreas de fronteira. Por meio desse movimento, evidenciamos que se formam corredores e rotas que articulam os fluxos de mercadorias originárias do Paraguai para chegar a pontos de estocagem e distribuição no estado gaúcho, como as cidades BR-386, 101, 116 e 290.

Portanto, podemos concluir que existe uma integração entre as fronteiras do Paraguai com o Brasil voltada ao abastecimento do mercado de entorpecentes ilícitos no Rio Grande do Sul e, derivado desse processo, um movimento de expansão dos coletivos criminais relacionados ao tráfico de drogas para além de seus limites originários. Todo esse processo vincula-se à formação de territórios-rede que servem como base de controle espacial, operacionalizando a ampliação do tráfico de drogas.

Notas

1. Opta-se por trabalhar com nomenclaturas diversas para identificar grupos que praticam atividades ilícitas, sendo elas: "coletivos criminais"; "grupos criminais" e "facções". Destaca-se que existe um grande campo de discussão teórica acerca destas nomenclaturas, o qual não faz parte do escopo deste trabalho. Para informações detalhadas sobre essa temática ver: Biondi (2010), Shimizu (2011) e Cipriani (2016; 2019).
2. O recorte espacial utilizado baseou-se nas mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), sendo que dentro de cada mesorregião elencou-se os jornais dos polos econômicos centrais.
3. "The presence and expansion of organised crime is a phenomenon inherent to the process of globalisation".
4. A região sul brasileira é composta por três estados: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

Referências

ABREU, Allan de. **Cocaína: A rota caipira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

ADÃO, Leandro. et al. **Operação Magna Ópera é deflagrada no combate a crimes de lavagem de dinheiro cometidos por organização criminosa**. Polícia Cível, Porto Alegre, 2020. Acessado em 17/06/2021. Disponível em: <https://www.p.c.rs.gov.br/operacao-magna-opera-e-deflagrada-no-combate-a-crimes-de-lavagem-de-dinheiro-cometidos-por-organizacao-criminosa>

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. **Brazil: Organised crime, corruption and urban violence**. In: Handbook of Organised Crime and Politics. UK, Edward Elgar Publishing Limited. 2019.

ALMEIDA, Letícia Núñez et al. (Org.). **Subsistemas fronteiriços do Brasil: mercados ilegais e violência**. – Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010. 245 p.

BRIGHT, David A.; DELANEY, Jordan J. **Evolution of a drug trafficking network: Mapping changes in network structure and function across time**, Global Crime, 14:2-3, 238-260. 2013.

CHIES, Luiz Antônio Bogo; RIVERO, Samuel Malafaia. **Facções e cena criminal na Zona Sul do Rio Grande do Sul**. Revista Brasileira de Sociologia, V. 07, N. 17, p. 155-183, Set.-Dez/2019.

CIPRIANI, Marcelli. **Da “Falange Gaúcha” aos “Bala nos Bala”: a emergência das “facções criminais” em Porto Alegre/RS e sua manifestação atual**. Direito e Democracia, v.17, n.1, jan./jun. 2016.

CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a "paz" na prisão e a guerra na rua**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS. 2019.

CIPRIANI, Marcelli. **Segregação sócio-espacial e territorialidades**

"paz" na prisão e a guerra na rua. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS. 2019.

CIPRIANI, Marcelli. **Segregação sócio-espacial e territorialidades do tráfico de drogas: as "facções criminais" diante do espaço urbano.** Revista Conversas e Controvérsias, Porto Alegre, vol.3, n.2, 2017.

DIAS, C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2, p. 83-105, 2009.

DORNELLES, Renato. **Falange Gaúcha: O presídio central e a história do crime organizado no RS.** Porto Alegre: Zero Hora Editora, 2008.

DUARTE, Tiaraju Salini; PINHEIRO, Robinson Santos. **Escalas territoriais e as facções no Rio Grande do Sul: a expansão do crime organizado para fronteira do Brasil com o Uruguai.** Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 34, p. 78-98, jul;/dez. 2019.

GAÚCHAZH. **A delação que abalou o poder de uma facção criminosa de Porto Alegre.** Zero Hora, Porto Alegre, 2019. Acessado em: 17/06/2021; Disponível em: <https://gauchazh.licrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/03/a-delacao-que-abalou-o-poder-de-uma-facciao-criminosa-de-porto-alegre-cjt8uqwbl03ag01uj90j9fq1.html>

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 11 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Precarização, reclusão e "exclusão" territorial.** Terra Livre n. 23. 2004.

HEBER, Anita. **The networks of drug offenders.** Trends in Organized Crime, v. 12, n. 1, pp. 1-20. 2009.

IRION, Adriana; COSTA, José Luis. Quem são os 17 líderes de facções que podem retornar ao RS. GAÚCHAZH, Porto Alegre,

Organized Crime, v. 12, n. 1, pp. 1-20. 2009.

IRION, Adriana; COSTA, José Luis. **Quem são os 17 líderes de facções que podem retornar ao RS.** GAÚCHAZH, Porto Alegre, 2018. Acessado em 17/06/2021. Disponível em: Quem são os 17 líderes de facções que podem retornar ao RS | GZH (clicrbs.com.br)

KENNEY, Michael. **From Pablo to Osama: trafficking and terrorist networks, government bureaucracies, and competitive adaptation.** The Pennsylvania State University Press – University Park, Pennsylvania. 2007.

MACHADO, Lia Osorio. **Limites e fronteiras:** da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, 2000.

MACHADO, Lia Osório. **Região, cidades e redes ilegais.** Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio (Orgs.). Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003.

MACHADO, Lia Osorio. **Estado, territorialidade, redes:** cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (org). Continentes em Chamas. Globalização e Território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 246-284, 2005.

MACHADO, Lia Osório. **Região, fronteiras e redes ilegais:** Estratégias territoriais na Amazônia sul-americana. LIMES - Revista Italiana di Geopolitica. Quaderni Speciali, Suplemento al n. 3/2007, p. 173-183.

MACHADO, Lia Osório. **Tráfico de drogas ilícitas y territorio:** el caso de Brasil. In: La economía de las drogas ilícitas, criminalidad transnacional, conflictos armados y derechos humanos, 2009, Barcelona. La economía de las drogas ilícitas. Escenarios de conflictos y derechos humanos. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2009. p. 73-85.

MACHADO, Lia Osorio. **Espaços Transversos:** tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. In: Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores. Geopolítica das

Drogas. Textos Acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, v. 1, p. 97-117.

MACHADO, Lia Osório. **Ambiguidade entre o legal e o ilegal**: redes de tráfico de drogas ilícitas e território. In: CHÁVEZ, Martha; CHECA, Martín (Oras). El Espacio en las Ciencias Sociales. Vol.1, p.315-327, 2013.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra, a - Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil**. 1 ed. – São Paulo: Todavia, 2018.

MARTINS, Cid. **Facção gaúcha é investigada por fornecer maconha ao Uruguai**. 2018. Acessado em 15/06/2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/12/facao-gaucha-e-investigada-por-fornecer-maconha-ao-uruguai-cjpcitgp30jc601rxwpe2px0o.html>

OLIVEIRA, Emmanuel; MARTINS, João. **Globalização e mercados transnacionais ilícitos na América Latina**. Conexão Política, v. 3, n. 2, p. 11-26, 2014.

POVO, Correio do. (2020), **Preso um dos principais líderes da facção Os Manos**. Correio do Povo. Acessado em: 17/06/2021; Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/preso-um-dos-principais-l%C3%ADderes-da-fac%C3%A7%C3%A3o-os-manos-1.460072>

SANTOS, Milton **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 308 p.

SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas**. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito –Universidade de São Paulo. 2011.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; SCHNEIDER, Lucas Porfírio. **Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 39, p. 113-28, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 5 ed. – Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.


STEIMAN, Rebeca. **Tendências atuais de abordagem do narcotráfico**. Boletim Drogas e Violência no Campo, nº 03, 2006.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. World Drug Report 2020, booklet 3. Vienna: United Nations, 2020.


Contribuições dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor Tiaraju Salini Duarte ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual. O segundo autor Antonio Lourence Kila de Queiroz, pela aquisição de dados e suas interpretações e análise; e o terceiro Robinson Santos Pinheiro, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.


Tiaraju Salini Duarte - Formado em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas e Mestre em Geografia com foco em planejamento regional pela Universidade Federal de Rio Grande. É Doutor em Geografia Humana com ênfase em planejamento territorial pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas.

 <https://orcid.org/0000-0001-6817-0952>

Robinson Santos Pinheiro - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é Professor de Geografia Humana da Universidade Federal de Pelotas.

 <https://orcid.org/0000-0003-1763-4344>

Antonio Lourence Kila de Queiroz - Técnico em Controle Ambiental pelo Instituto Federal Sul Rio-Grandense campus Camaquã, Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas e atualmente mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas com ênfase em Análise Territorial.

 <https://orcid.org/0000-0002-6383-119X>

Recebido para publicação em 20 de agosto de 2022

Aceito para publicação em 19 de novembro de 2022

Publicado em 31 de dezembro de 2022